

# Trajetória de construção, desconstrução e reconstrução

Claudemiro Pereira Lescano<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v17i32.436>

Meu nome é **Claudemiro Pereira Lescano**, sou do povo *Ava Guarani*, considerado como *Nhandéva*, e também do povo *Tavyterã*, considerado *Kaiowá*; moro na aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul.

Penso que antes de falar da minha trajetória acadêmica é importante falar sobre o meu povo *Ava Guarani* e *Tavyterã*. O *Tavyterã*, conhecido como *Kaiowá*, é o povo da floresta *ka'aguygua* ou *ka'aguy pegua*, nome que veio dos não índios. Minha família, por parte da minha mãe, é *Tavyterã*; vieram do Cerro Peron, a 15 km da aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia. A família do meu pai é *Ava Guarani*, conhecido como *Nhandéva*; vieram da aldeia *Ita Poty*, na região de Amambai, a 45 km de Taquaperi.

Na aldeia Taquaperi, o maior número de famílias são de *Tavyterã* ou *Kaiowá*. Foi nessa aldeia que nasci e cresci, desde 1981, junto com meus irmãos, considerados como *tyre' ỹ*, ou "guachos"<sup>2</sup>, pois crescemos sem pai, e sob a responsabilidade da mãe, que conduzia a família depois do falecimento do meu pai. A partir de 1985 ela se afastou da família do meu pai, e por isso, ficaram ausentes os saberes dos *Ava Guarani* na minha família. Testemunhei a trajetória da minha mãe, que se apoiou muito na igreja presbiteriana da Missão Caiuá para criar os filhos, com muitas dificuldades. Nessa época, a Missão Caiuá<sup>3</sup> a ajudou muito no suporte material, com alimentos, roupas e remédios.

<sup>1</sup> Escola Municipal Indígena Nãnde Reko Arandu, Aldeia Taquaperi, Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Guacho: criança órfã.

<sup>3</sup> Missão Caiuá – extensão da Missão Caiuá de Dourados que se instala ao lado da aldeia Taquapiry, com objetivo de levar pregação bíblica à comunidade indígena.

## Sobre o autor:

Indígena Kaiowá e Guarani. Professor na Escola Municipal Indígena Nãnde Reko Arandu, Aldeia Taquaperi, Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Na parentela da minha mãe sempre fomos considerados como parentes distantes, por sermos resultado da quebra de preceitos entre *Tavyterã* e *Ava Guarani*, uma vez que não era permitido o casamento entre essas duas linhagens.

Antes da minha formação acadêmica, sempre entendia que não havia diferença entre *Guarani* e *Kaiowá*, porque, no entendimento da igreja na qual cresci, os seres humanos são todos iguais perante Deus e os valores das diferenças culturais não são importantes. Na sua pregação, a igreja sempre afirma que só existem dois caminhos diferentes: a salvação e a condenação, o céu e o inferno, que pertencem a Deus e ao diabo.

Entender as diferenças e repensar os valores culturais foi possível graças à longa caminhada da escolarização e à escolha certa da formação e da pesquisa acadêmica. Hoje tenho consciência e entendimento do que posso afirmar em relação às diferenças culturais dos *Tavyterã* e dos *Ava Guarani*.

Por isso, com muita cautela, aponto a diferença entre *Nhandéva* e *Kaiowá*, para não fortalecer mais um e enfraquecer os valores culturais do outro, pois ambos têm valores e significantes imensos.

As diferenças que aponto aqui são minuciosas e só são entendidas, de fato, por pessoas que conhecem e vivem com os mesmos traços e detalhes de entendimento, pois esses detalhes são as diferenças, como: o modo de falar na língua Guarani, o som das palavras que muda o mesmo sentido da linguagem com que os Kaiowá se identificam; por exemplo, quando o Nhandéva fala, os Kaiowá chamam de *iñe'ẽ ambue*<sup>4</sup>, ou seja, é uma expressão identificada por ambos que é diferente.

Os Kaiowá se identificam nos cantos e nas rezas, assim também os *Nhandeva* têm seu próprio caminho de rezas. O caminho dos cantos e das rezas dos rezadores *Nhandeva* são para os guardiões do Arco-íris, chamados de *Jy'y*; eles são os intermediários dos cantos e das rezas dos *Nhandeva*, por isso, quando cantam e rezam, logo chega a ventania e depois a neblina seca sem chuva, o trovão e o relâmpago. O *Jy'y* também é guardião dos animais que rastejam, por isso, na época do vento forte, as cobras viajam e chegam até as casas.

Os *Kaiowá* têm outro caminho de rezas: o *ñe'ẽngary*<sup>5</sup>, feito diretamente ao *Ñande Ramõi Papa*, considerado o nosso ancestral. As rezas são respondidas por meio de trovões, relâmpagos, chuvas e tempestades, mas sem neblina, que o próprio *Ñande Jára* (nosso Deus) envia.

<sup>4</sup> *Iñe'ẽ ambue*: uma forma específica de falar, diferente da Língua Guarani que é identificada somente por pessoa falante da língua.

<sup>5</sup> *Ñe'ẽngary*: é o caminho das rezas, identificadas por rezadores quando uma pessoa canta e reza.

A diferença entre *Kaiowáe Nhandeva* também transparece na receptividade às visitas. A família do *Nhandeva* tem hospitalidade, aconchega as visitas mesmo que sejam estranhos, oferecendo o espaço com carinho e respeito, com presentes e alimentos, convidam para permanecer mais tempo ou oferecem espaço da casa para dormir.

Os *Kaiowá*, por outro lado, têm receptividade, mas por pouco tempo: as visitas ficam só no pátio ou ao redor da casa, jamais permitem que pessoas desconhecidas entrem na casa, onde só pode entrar a parentela que pertence à família e, mesmo assim, muito restritamente, sendo grande a desconfiança.

Os *Nhandeva* conhecem diferentes plantas medicinais e sabem quais são as melhores e ainda transmitem esses conhecimentos às famílias, mesmo às novas gerações. Em relação aos *Kaiowá*, os conhecimentos de plantas medicinais, rezas e cantos se concentram muito nos rezadores. Na construção de armadilhas, as duas linhagens sabem construir os melhores instrumentos de caça e pesca, assim como o complemento destas práticas com cantos e rezas.

Os *Nhandeva* são rigorosos e rígidos com sua representação de liderança, ao exigirem uma postura de autoridade, com critérios bem definidos socialmente. Para liderar uma comunidade, tem que ser uma pessoa exemplar na família e na comunidade, dinâmico na sua atitude, hospitaleiro e que sabe dialogar.

Já os *Kaiowá* aceitam coletivamente a indicação de uma autoridade na comunidade, mas não a consideram como seu líder. Reconhecem apenas o líder que pertence à família, espontaneamente escolhido pelo grupo familiar, a partir do critério hierárquico, cujas funções exerce ou exerceu na comunidade, como professor, agente de saúde, *ex-capitão*<sup>6</sup>, vereador. Todos da família seguem as ordens e a opinião dessa pessoa escolhida, em respeito à família. Mas essa pessoa perde a liderança quando não apresenta um bom exemplo na família e na comunidade.

Este entendimento das duas linhagens permanece até hoje, como manutenção dos valores e das normas dos elementos culturais. Convivendo com os dois entendimentos, é possível perceber que são diferentes no comportamento, na ética cultural e nos valores.

Tradicionalmente, até 1985, não era permitido o casamento entre *Tavyterã* e *Ava Guarani*. Foi nessa época que minha mãe e meu pai fugiram da aldeia Amambai para a aldeia Taquaperi, para morarem juntos, sem o consentimento de seus pais. Isso resultou na exclusão do casal e, por isso, sempre

---

<sup>6</sup> *Ex-capitão*: uma pessoa que foi autoridade ou liderança, espelhado no modelo de política do SPI - Serviço de Proteção ao Índio - e indicado por agente externo.

fomos considerados como parentes da periferia, não tão próximos, algo não importante ou incompleto. Como misturados, já não poderiam ser líderes ou representantes. Depois do falecimento do meu pai, a avó materna cuidou muito da nossa família, considerando-nos como “guachos”. O “guacho”, tanto no círculo familiar *Nhandeva* como entre os *Kaiowá*, tem atendimento e olhar muito diferenciado.

Isso mudou muito no contexto atual, principalmente depois da criação da reserva que modificou muitas regras culturais, ainda nas famílias mais tradicionais como a dos rezadores permanecem essas regras.

Muitos princípios culturais das duas linhagens ainda se mantêm e se fortalecem, de acordo com o espaço territorial ocupado pela maioria, pertencente ao grupo *Nhandeva* ou ao grupo *Kaiowá*; em outros lugares já tem muitos *Tavyterã* casados com *Ava Guarani*.

O silêncio ainda é estratégia do povo Guarani como resistência, que em muito ajuda, mas também atrapalha. Por isso, hoje é necessário que os *Kaiowá* e *Nhandeva* reflitam, fazendo análise do contexto atual, porque os valores materiais e o acesso às tecnologias não indígenas estão modificando muito essas estratégias de resistência. A entrada de novos materiais e tecnologias externas, bem como de outros valores imateriais, vai tornando o entendimento tradicional do povo cada vez mais distante.

Mas a nova geração, que teve formação escolar e transita pela escola indígena, tem uma preparação melhor para o contexto social atual, com melhor noção do espaço, das demandas e necessidades, possibilitando, assim, abertura ao diálogo com a sociedade envolvente, no intuito de se apropriar do entendimento e aprimorar os saberes, para a continuidade do povo e para estabelecer relações com a sociedade envolvente, sem deixar os próprios valores culturais.

Em seguida descrevo minha trajetória escolar, que começou no ano de 1992, estudando na escola da aldeia Taquaperi, na sala Alberto Luciano, extensão da escola rural do município de Coronel Sapucaia. Fui alfabetizado em língua portuguesa, por uma professora não indígena. Na sala de aula, a língua guarani era falada por todos os alunos indígenas, para pedir, avisar, combinar algo, mais ficávamos em silêncio quando a professora falava e nos orientava a não falar em Língua Guarani.

Passei os quatro anos do Ensino Fundamental estudando na aldeia Taquaperi e os demais fora da aldeia. A maior fase da minha vida escolar foi no município de Dourados, onde cursei as séries finais do Ensino Fundamental na Missão Evangélica Caiuá de Dourados, de 1994 a 1998. Morei no chamado

acampamento para estudantes, juntamente com outros indígenas de várias aldeias e de diferentes povos, Guarani, Kaiowá, Xavante e Kadiwéu. O único meio de continuar estudando era buscar formação fora da aldeia, e a Missão Caiuá possibilitava essas condições.

Essa trajetória de me arriscar para continuar estudando me fez transitar pela mudança e adaptação muito rápidas, nas condições da Missão Caiuá. Foi então que começou o silêncio dos valores guarani e Kaiowá que estavam em mim, sendo, muitas vezes, obrigado a conviver e me comunicar somente em língua portuguesa. Isso produziu uma visão negativa sobre minha identidade de ser Guarani e Kaiowá, ao longo dos cinco anos em que convivi naquele lugar. Ali foi construída uma nova identidade, que parecia ser algo superficial, restrito, mas muito bom e tentador.

O contexto anterior da aldeia e também fora dela foi muito forte. A atuação da política de integração, por meio das instituições a que os indígenas tiveram acesso, assim como a escola, enquanto ambiente de ensino e aprendizagem, foram instrumentos que ajudaram a enfraquecer nossa identidade, quando, pedagogicamente, trabalhava-se para silenciar o nosso modo de ser.

Já estava se firmando em mim aquela identidade, através de informações e pensamentos de que o melhor caminho para ser reconhecido como pessoa é não ser indígena, ser inteligente e preparado e não falar mais na língua Guarani. Esta mentalidade foi criada a partir de inúmeras pregações, participação forçada na igreja da Missão Caiuá e “conversão” à religião desta instituição.

A educação escolar então sistematizada, com seus conceitos e práticas me fez negar o ser Guarani. A introdução forçada da língua portuguesa, como decorar e falar bem, ajudou no enfraquecimento da minha identidade, muitos valores da minha prática educativa ficaram amortecidos em minha memória e a língua Guarani, aos poucos, foi se tornando a segunda língua no meu pensamento.

O curso em que me formei no Ensino Fundamental era para ser melhor do que outros, para isso teria que ser aprovado por meio de provas e notas em diversas áreas do conhecimento escolar. Lembro que, em 1996, não se falava muito de educação escolar indígena, de memória histórica, de afirmação da identidade, de valorização da língua e da crença indígenas – isso tudo garantido nas legislações de Educação Escolar Indígena – nessa época, para mim, tinha o viés de retorno ao passado, na escola onde eu estudava não queriam saber das diferenças. Havia oportunidade para índios, mas era para deixar de ser índio.

Com a compreensão de que a minha identidade se encontra no vasto mundo dos saberes do meu povo, considero o que aprendi na escola, para

deixar de ser índio, como algo superficial, não como aquilo que sou. Era uma identidade construída em mim via ideologia errada, por meio da escola, porque sempre me encontrei enredado no modelo de ensino que a escola apresentava. Entretanto, aquele ambiente não teve força para romper totalmente com meus valores culturais próprios e isso se tornou um obstáculo para o modelo de escola em que eu estava estudando. Como eu não conseguia superar essa “dificuldade”, mesmo acompanhando corretamente o que era exigido e organizado pelo sistema escolar, também não conseguia tirar nota dez. Não conseguia processar corretamente o tipo de conhecimento sistemático oferecido na sala de aula e, menos ainda, aprimorá-lo e potencializá-lo. Mesmo assim, contando com sorte, passava para outro nível de formação através da chamada “recuperação” e exame final. Passei, então, a acreditar que eu era realmente incapaz, inferior, por ser índio. Minha maior dificuldade sempre foi a prova na língua portuguesa, porque todas as áreas de conhecimento e todo processo de ensino e aprendizagem era feito em Português; precisávamos pensar em Guarani e, depois de entender, toda informação precisava ser transformada novamente em língua portuguesa. Ainda hoje vejo muitas escolas nas aldeias trabalhando com essa metodologia e criando enorme dificuldade para os alunos indígenas.

Concluí o Ensino Fundamental atordado, em 1998, mas para a minha família, era muito importante terminar esse estudo. Naquela época era muito raro encontrar, na aldeia Taquaperi, pessoas que tivessem concluído o Ensino Fundamental. Por isso, em 1999, me indicaram para ser professor em sala multisseriada, de 2<sup>a</sup> até 4<sup>a</sup> séries, na sala extensão Fernandes Martins, da Escola Rural Coronel Sapucaia, localizada na região do Cerro, lugar onde ninguém gostava de trabalhar, pois ali poucas crianças se interessavam em estudar.

Junto com um professor mais experiente, visitamos inúmeras casas a procura de alunos para formar turmas, fazendo campanha sobre a escola, explicando sobre a importância das crianças estudarem. Assim foi aumentando o número de alunos na sala de aula.

Naquele ano de 1999 também ingressei no curso de formação de professores indígenas – Magistério Indígena *Ára Verá (Tempo iluminado)*<sup>7</sup> – realizado no município de Dourados.

Essa formação no início foi muito estranha e diferente, era tudo ao contrário do que aprendi na escola, que considerava as práticas culturais como

---

<sup>7</sup> “Curso Normal em Nível Médio – Formação de Professores Guarani e Kaiowá – Curso *Ára Verá*”: Iniciado em 1999, foi o primeiro curso de formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá, que instrumentalizou os professores indígenas, por meio da formação escolar, para lutar pela educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul.

coisa do passado e demoníaca. Minha participação não foi voluntária, pois eu não gostava do curso; lá só se falava da cultura indígena, obrigavam os cursistas a participarem das rezas e cantos. Considerava horrível o estudo em Língua Guarani, não entendia como algo importante. Mas, graças a essa formação, minha concepção de estudo mudou e deu sentido à trajetória acadêmica diferente, realizada mais tarde. A formação no Magistério Indígena foi realizada entre os anos de 1999 a 2002.

No decorrer das etapas do curso busquei participar em diversas atividades, enquanto atuava como professor na aldeia Taquaperi. O curso foi disponibilizando ferramentas para trabalhar na sala de aula com os alunos. Assim, o curso foi ocupando espaço e dando o sentido de ser um professor na aldeia, por isso me converti e procurei ingressar no espírito do curso. O *corpo docente*<sup>8</sup> que atuou no curso de magistério indígena, na primeira turma, era formado pelos melhores professores, que trabalhavam pedagogicamente com conceitos que abriam a minha visão e a de outros cursistas para entender e lutar pelos direitos indígenas, instrumentalizando os professores indígenas por meio da preparação didática e teórica, de leituras de conceitos e relatos de experiência e experimentos na aldeia.

Pedagogicamente, o curso espelhava a realidade de forma dinâmica e real; assim consegui compreender e repensar a realidade em que vivo, despertando meu interesse e questionamento para ser professor indígena diante do contexto atual.

A partir dessa formação, pouco a pouco busquei me desconstruir e me recompor com as novas bagagens de conhecimentos e valores que eu já tinha, mas estavam guardados há bastante tempo. Aos poucos senti a necessidade de me reorganizar como indígena e buscar ampliar mais ainda o meu saber, tanto indígena, quanto acadêmico e docente, saber quem sou eu e como é a história do meu povo.

A formação clareou muito o processo de construção de uma escola indígena, a educação escolar diferenciada na comunidade foi o início para a trajetória acadêmica que continua em mim, transformando-me em pessoa e profissional muito mais feliz.

Junto com essa formação, sem muita experiência e sem entender o funcionamento de uma estrutura escolar, me engajei na luta pela construção e implantação da escola na aldeia Taquaperi e na possibilidade de aproximar a escola da comunidade.

---

<sup>8</sup> Corpo docente: Judite Albuquerque, Eunice de Paula, Adir Casaro Nascimento, Marina Vinha, Antonio Brand, Veronice Lovato Rossato, Rosa Colman e Meire Adriana.

Na época, não era muito clara a educação escolar indígena para a Secretaria Municipal de Educação de Coronel Sapucaia, mas, mesmo assim, foi realizada pelos professores e lideranças locais, a reivindicação pela estrutura da escola, na aldeia Taquaperi. Ainda não pensávamos muito na questão pedagógica da escola, e isso foi um erro, por falta de maturidade de nossa parte.

Apoiávamo-nos muito no *Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena (RCNEI)*<sup>9</sup>, mesmo sem entender muito, pois era o único instrumento mais claro que possibilitava uma ideia de como seria a escola indígena. Foi e é ainda uma ferramenta muito importante para a escola indígena.

A busca pela escola indígena na minha aldeia continua se fortalecendo e se concretizando pouco a pouco, embora com muitos erros e, no início, com pouco apoio da comunidade.

Lembro que no ano de 2002, quando divulgamos que a escola seria estruturada como Polo e que seria dirigida por professores indígenas, muitos pais indígenas tiraram seus filhos da escola da aldeia, colocando-os na Missão Caiuá ou levando-os para a cidade, onde havia maior número de professores não índios, pois alegavam que as crianças teriam que aprender mais a língua portuguesa, e que, com professores indígenas elas não aprenderiam a língua nacional.

Também naquele mesmo ano, na aldeia Taquaperi, com apoio da Prefeitura Municipal, a sala de aula da Missão Caiuá foi designada para ser extensão da escola Polo e, apesar de saber que não poderia proibir a livre escolha dos pais em escolher o lugar que quisessem para seus filhos estudarem, o município ordenou que as crianças indígenas fossem matriculadas todas na escola indígena.

Por meio da luta política para a implantação da escola indígena, a situação se modificou e reverteu muito rápida a evasão das crianças para fora da aldeia: muitos alunos voltaram a estudar na escola indígena, e a sala de aula da Missão Caiuá tornou-se extensão da escola Polo. Atualmente, em 2016, na Missão Caiuá já não tem mais alunos de Ensino Fundamental estudando, porque já foi construída outra escola Polo na aldeia, para onde se transferiram todos os alunos indígenas que estudavam na Missão.

Fui o primeiro diretor da Escola Indígena Municipal Ñande Reko Arandu, da aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia, entre 2003 e 2004. Era um espaço sem estrutura física, em 2002, sem corpo de professores experientes, sem currículo de formação adequado, e a escola ainda funcionava

---

<sup>9</sup> RCNEI, 1ª versão, 1998.

apenas com as quatro séries do Ensino Fundamental. Nas diversas vezes em que participava das reuniões de diretores na Secretaria de Educação do município, observava outros diretores com currículo melhor que o meu – que só tinha o Magistério médio – e os considerava figuras importantes, mas sofria muito preconceito por parte deles, porque eu não tinha formação de nível superior.

Penso que essa foi a porta de toda minha luta pela formação qualificada, na busca por transformar a escola indígena que almejamos, e na qualidade de ensino, de forma diferenciada. Desse momento em diante, sempre busquei participar de eventos na área de educação escolar e ingressar em diversas formações.

Ingressei no curso superior, na Licenciatura Intercultural *Teko Arandu*<sup>10</sup>, em 2006, na 1ª turma que iniciou o curso, na UFGD. O Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre a “*Organização Social como Sustentabilidade na aldeia Taquaperi*”.

Quando cursava essa licenciatura, ainda funcionava como projeto na universidade, mas com a experiência, organização, insistência e solicitação do Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá de de Mato Grosso do Sul<sup>11</sup>, aos poucos foi se tornando um curso integrado à Faculdade de Educação (FAED) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Em 2009 teve a primeira turma formada, na qual eu também me formei na Área de Ciências da Natureza.

Ainda durante a formação em Licenciatura Indígena, em 2009 retornei para a direção da escola, que já estava com Ensino Fundamental completo, onde fiquei até 2011. Foram os anos em que conseguimos inserir no currículo da escola a alfabetização na língua Guarani, do 1º ao 3º anos iniciais. Até então, a Secretaria de Educação do Município de Coronel Sapucaia não aceitava colocar como ementa curricular, argumentando que isso dificultaria a aprendizagem dos alunos em língua portuguesa.

Também foi o período em que a escola começou a montar o calendário escolar a partir da realidade da comunidade. Pedagogicamente a escola passou a trabalhar na modalidade de projetos de ensino, mas também não era eficiente. Isso dificultou a organização da escola em termos de currículo,

---

<sup>10</sup> *Teko Arandu*: Primeiro Curso em graduação oferecido na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em 2006, para formação continuada de professores indígenas Guarani Kaiowá no modelo de licenciatura intercultural, resultado da luta que iniciou na 1ª turma do Curso de Magistério Indígena Ara Vera.

<sup>11</sup> O Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá foi criado em 1991 e congrega todos os professores do Cone Sul de MS, com objetivo de lutar pelos direitos indígenas, especialmente no âmbito da educação escolar indígena.

por falta de experiência dos professores, tornando-se um ensino baseado no improvisado, sem registro e sem um norte para a avaliação.

No final do ano de 2012, ingressei novamente numa formação continuada, na pós-graduação *Especialização Latu Senso Educação, diversidade e cultura indígena*, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, na Faculdade de Ensino Superior de Teologia (EST)<sup>12</sup>, na busca por compreender melhor o conceito de educação escolar indígena.

Esse espaço de aprendizagem me deixou mais maduro, com mais clareza e compreensão do conceito de escola indígena e de interculturalidade; foi um espaço de formação em que vivi, na prática, a diversidade cultural, uma experiência para entender como é possível ser igual e diferente na coletividade.

Nesta pós-graduação, escrevi, como monografia do curso, o *Conceito de Educação Escolar Indígena no âmbito da escola Nãnde Reko Arandu*. Fiz uma breve reflexão sobre escola diferenciada e as legislações que garantem essa diferença, e como isso ocorre na prática pedagógica no âmbito da escola. Meu objetivo foi investigar o sentido da escola específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, comparando essa interpretação ao que acontece no contexto escolar indígena.

Essa trajetória acadêmica foi uma espécie de aventura pessoal e acadêmica, como um desafio que aceitei pessoalmente. Muitas coisas ficaram em mim; essas experiências e aprendizagens agora constituem uma parte profissional e outra mais Guarani, espiritualmente.

No decorrer dessa trajetória me encantei com a pesquisa que, no Mestrado em Educação, da Universidade Católica Dom Bosco, na linha de pesquisa 'Educação Intercultural e Educação Indígena', pude explorar mais por meio das orientações a abertura de novos entendimentos e bagagem de conhecimentos, como preparação para retornar à aldeia e, de fato, repensar a escola e a comunidade como um contexto importantíssimo.

Pude então descrever na minha dissertação de mestrado o mundo vasto que existe na cosmovisão do povo *Kaiowá*, composta de valores, elementos culturais, processos próprios de ensino e aprendizagem, bem como a inserção das crianças *Kaiowá* para manutenção, ressignificação e fortalecimento de identidade.

Em algumas visitas que fiz em minha pesquisa, os mais velhos começaram a contar seus problemas, iniciando conversas sobre doenças, sobre

---

<sup>12</sup> EST: Ensino Superior da Teologia, Universidade particular da igreja Luterana em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde também está concentrada a instituição COMIN – Conselho Missionário Indígena –, que financiou o curso para formação de pessoas indígenas interessadas na Especialização em nível de Pós-Graduação.

desvalorização de plantas medicinais e sobre a realidade atual, como as coisas mudaram muito. Hoje posso orientar e ajudar os mais velhos a compreender melhor porque os objetos e tecnologias modernas são importantes e também qual é a desvantagem do uso dessas tecnologias.

Converso bastante sobre saúde, pois é um tema que interessa muito e sobre o qual os mais velhos vão contando nomes e lugares em que se encontravam as ervas medicinais. Isso vai despertando os saberes e as experiências que os sábios têm. Eles gostam muito de contar histórias, recordações boas das suas vidas e por onde andaram, sobre a participação em festas, cerimônias, alimentos, ervas medicinais, caças, tipos de animais que caçavam, lideranças da época, rezadores, tipos de lugares mais frequentados. Quando contam essas histórias não podem ser interrompidos, e eu ficava ouvindo e perguntando mais ainda sobre as coisas que queria saber, não só o que a pesquisa quer saber.

Eles consideram muito os jovens que se interessam em saber dessas coisas, eles sabem que estão ensinando, e quando uma pessoa pergunta, significa que quer aprender.

Quando uma criança, menino ou menina não quer ouvir essas histórias, os mais velhos ficam tristes e falam que as crianças não querem ouvi-los – *naiñe'ê renduséi chéve*. Por isso muitos avós e avôs abandonam seu ensinamento. Os mais velhos falam que, quando o pai ou a mãe são ainda muito jovens, vão se perdendo os ensinamentos, porque essas pessoas ainda não estão preparadas e maduras suficiente para ensinar seus filhos.

Infelizmente, as novas gerações não se dispõem a ouvir essas histórias, acham que não é tão importante e valorizam apenas o conhecimento externo, construído na escola e no espaço social.

O espaço escolar vai influenciando para que a criança que, antes, ouvia as histórias, não se interesse mais por ouvi-las. O conjunto da realidade que se encontra no espaço escolar, constituído de alunos e professores, pela força da implantação da cultura letrada por meio da escola, vai desvalorizando a oralidade do ensinamento. Os mais velhos também falam que a educação de verdade é ensinada na prática e na oralidade e não escrevendo sobre ela.

Por isso essa dissertação foi o início de uma grande aventura para mim, mas que pode ser início de viagem para outros pesquisadores, para ir além do entendimento que se assenta sobre o mundo dos Kaiowá.

Também atuo como membro e pesquisador indígena no Observatório da Educação Escolar Indígena, com Formação de Professores Indígenas *Nhandeva* e *Kaiowá* em Mato Grosso do Sul, vinculado à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O projeto tem como delimitação a etnia *Nhandeva* e *Kaiowá* de Mato Grosso do Sul, que compõem o Etnoterritório Cone Sul, em especial, as escolas indígenas que atendem a educação escolar básica nas terras indígenas dos municípios de Amambaí, Caarapó, Coronel Sapucaia, Japorã e Laguna Caarapã, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Componho, com a Coordenadora Profa. Dra. Adir Casaro Nascimento, o grupo de docentes das instituições parceiras e professores indígenas das aldeias e municípios mencionados.

Por último, atuei, de 2014 até início de 2015, como professor na área de ciências, com alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no período matutino. Trabalho com a metodologia da pesquisa e também com projeto de aula coletiva, na Escola Municipal Nande Reko Arandu, onde os ensinamentos ocorrem na oralidade e no coletivo, sem o uso de cadernos e lápis, com o objetivo de fortalecer os saberes na oralidade, por meio da escola.

Também represento o Movimento dos Professores *Nhandeva* e *Kaiowá* no Fórum Estadual e Nacional de Educação Escolar Indígena, através do qual fui indicado como Coordenador do Curso Normal Médio Ara Vera, de 2015 até início de 2016. Esta atuação me encheu de experiências, ao visitar escolas indígenas em diversos municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul, fazendo-me entender e visualizar as diversas escolas em várias aldeias. Hoje também sou membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI)<sup>13</sup> – onde atuo como presidente – Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Neste trabalho também faço uma reflexão em relação à escola e reconhecimento que é muito importante que os professores *Nhandeva* e *Kaiowá* assumam a postura de ser professor(a) da comunidade e da escola. O professor da escola, geralmente, é aquele que somente vai para escola e trabalha apenas com alunos, mas não participa das reuniões e não orienta a comunidade quando esta precisa. Os professores precisam se apropriar da escola e também serem reconhecidos pela comunidade, pelo apoio e orientações que apresentam para a população.

Hoje, tenho orgulho de ser chamado de professor em diversas aldeias em que eu transito me sinto muito seguro nesse reconhecimento. No entanto, nessa trajetória percorrida até o mestrado, consegui entender e, com muita segurança, faço reflexões sobre a construção de escola em diversas aldeias do povo *Kaiowá*.

---

<sup>13</sup> CONDISI: Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, onde estão 36 membros representantes de 7 etnias, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Terena, Ofaié, Guató, Kinikinau, Kadwéu. Nele sou membro do Conselho e Vice-Presidente.

É necessário que, hoje, a escola seja compreendida na sua dimensão e complexidade por professores, lideranças, jovens e pela própria comunidade, porque só será Educação Escolar Indígena quando existir uma clareza do significado em relação à escola para a comunidade. Com isso abre-se uma porta, um novo caminho de retorno da comunidade para casa, para o entendimento da sua identidade, para valorização de seus saberes e também para terem a noção e a abertura no sentido de compreender que já não estamos sós, que existem outras sociedades, as quais devem ser compreendidas e respeitadas e sermos respeitados por elas.

A escola, então, se transforma num território de defesa, de retomada de consciência sobre os valores culturais e interculturais, num espaço de estranhamentos e de compreensão. A escola precisa, por meio das boas ideias, potencializar os saberes e apresentar inúmeros caminhos para a nova geração transitar na interculturalidade, sem deixar os valores ancestrais.

Respeito muito a escola como instituição importante que é, que criou em mim a negação da minha identidade, mas me fez entender, novamente, aquilo que, de fato, tenho de valor cultural. A escola é o caminho, hoje, do retorno dos *Kaiowá* para o entendimento de valores e da cosmovisão do nosso povo. Muitos saberes ficaram guardados pelos mais velhos, mas, por meio da pesquisa, tudo isso está retornando, pouco a pouco, à escola. A escola também é espaço para compreender melhor o significado de outras culturas e de suas tecnologias.

O espaço da escola influencia na construção da identidade. Neste sentido, trago o pensamento do grande escritor que tem me sacudido por meio da sua escrita, apontando que os conceitos e definições também influenciam na mudança de um ser humano.

Assim, entendo que o cenário do contexto atual e as identidades constituídas nas gerações são resultados de mudanças que já ocorreram e ainda ocorrem constantemente, a partir das informações, materialização dos valores, das resistências e potencialização dos conhecimentos indígenas por meio do saber externo. Devemos ter a consciência de que essa identidade atual teve a sua trajetória de resistências e negociações, e resultou no saber que se visualiza como não tradicional, mas também não totalmente externo. É um saber que está preparado para dialogar com dois conhecimentos. Isso a escola tem fortalecido, mesmo informalmente, por meio de professores trabalhando a oralidade.

**Recebido em 14 de outubro de 2016**

**Aprovado para publicação em 28 de novembro de 2016**

